

INFLUÊNCIA DOS ATORES NÃO ESTATAIS NA GEOPOLÍTICA

Mário Miranda de Magalhães (Licenciado em Geografia pelo centro Universitário Claretiano)

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é analisar os temas inerentes ao processo de influência dos atores não estatais na política, considerando-se a contemporaneidade em razão da qual surge novo contexto que está caracterizando as relações de poder entre esses atores e as novas funções do Estado mostram-se polêmicas; pois os importantes e rápidos progressos científicos e tecnológicos em tecnologias de informação, comunicações e transportes, assim como a redução de conflitos políticos e militares entre Estados Nação e o desenvolvimento dos mercados de capital tem levado a uma notável integração econômica mundial.

Segundo explica ALBUQUERQUE (2010, p. 69), na geografia, um novo consenso materializa-se na emergência das teorias de desenvolvimento local e ambiental em detrimento do planejamento global de Estado nacional, e na concepção cultural em detrimento da ideia de modernização. E também nos esforços de dissociação entre geografia política e geopolítica clássica. Sendo a geopolítica indissociável das estratégias do Estado nacional no controle do território e projeção de poder para o exterior, a geografia política traz a ruptura com a visão centralista e unitária do Estado nacional em nome das diversas estratégias espaciais de poder de uma gama de atores e instituições.

Assim, de acordo com CARNEIRO (2011, p. 47), nesses primeiros anos do Século XXI, o que se tem percebido é a força, cada vez maior, dos chamados 'atores não estatais' – ou não governamentais – influenciando, de modo significativo, os rumos dos principais países.

Adotou-se como metodologia a pesquisa de cunho bibliográfico, por meio da qual se pretende apresentar os principais conceitos inerentes à importância dos atores não estatais como agentes de transformação socioeconômica e política pois

esses vem se revelando cada vez mais influentes no cenário mundial.

O presente estudo se justifica por diversas razões. Do ponto de vista deste estudante, por se constituir em rara oportunidade de promover o verdadeiro 'fazer científico', ao unir, em um mesmo trabalho, teoria e prática. Constituindo um estudo dotado de característica interdisciplinar, abrangendo as áreas de Direito, Geopolítica, Economia, Relações Internacionais, Geografia, Sociologia, Política Pública, Filosofia, História, entre outras, servindo, ainda, para evidenciar a relação entre os conflitos de interesse.

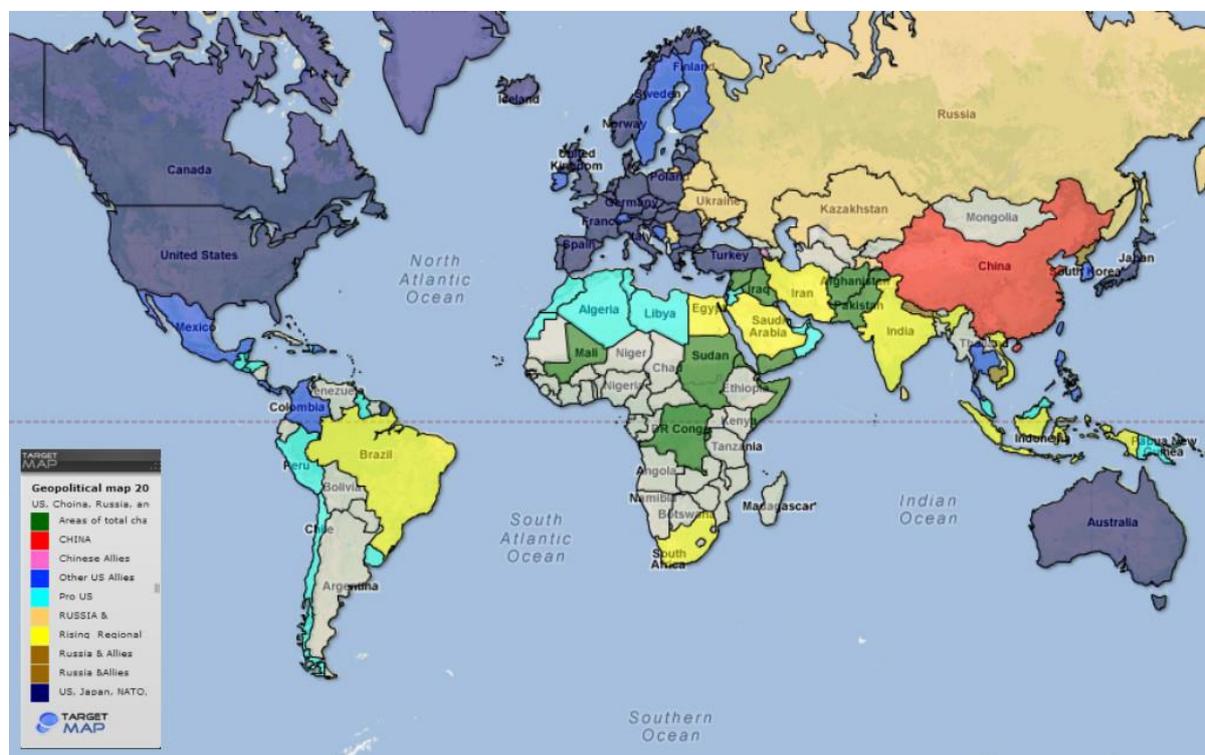


Figura 1 - http://www.targetmap.com/ThumbnailsReports/25204_THUMB_IPAD.jpg

O Que é Geopolítica

De acordo com ALBUQUERQUE (2010, p. 67-82) a Geopolítica é uma ciência que estuda as relações entre a política de poder dos Estados e suas relações com o mundo. Embora as estratégias geopolíticas sejam tão antigas quanto a formação do fenômeno estatal ou advento civilizatório, o status científico da geopolítica ocorre

quando passa a ser associada aos interesses nacionais, como sinaliza a obra *Politische Geographie* (1897), do prussiano Friedrich Ratzel, O geógrafo alemão partia da premissa de que todo povo que tem uma íntima necessidade um “espaço vital”, compreendido como o território necessário para a obtenção de recursos naturais e sua transformação industrial.

A criação dos estados nacionais modernos foi influenciada pelo Capitalismo, enquanto meio de produção, durante o início da revolução industrial. Uma vez que os Estados tinham que proteger seu mercado e mercadorias dos produtos industrializados advindos da Inglaterra. Para isso criaram restrições à entrada e trânsito de produtos externos. Ou seja, foi o protecionismo comercial que impulsionou a criação do Estado Nacional Moderno.

Para falarmos de sobre geopolítica enquanto ciência, temos que conceber que a base primordial das relações de poder são as relações econômicas e comerciais. E somente compreendendo que as relações de poder geopolítico são subordinadas aos interesses econômicos é que podemos estudar e analisar as relações de poder que permeiam o mundo.

De acordo com CARNEIRO (2011, p. 52), o comércio internacional é a principal fonte impulsora da integração econômica mundial. É também o processo que determina a divisão do mundo econômico em blocos de países que passam a denominar-se de *desenvolvidos* ou *em desenvolvimento*. Com tal ordem de coisas fica claro que os países de maior poder econômico passam a exercer influência sobre os demais. Entretanto, há que se reconhecer, também, nesse contexto, o poder dos atores não estatais – como é, por exemplo, o caso das ONGs, bancos, empresas multinacionais.

Na definição apresentada por VILLA (1999, p. 21), as Organizações Não Governamentais são grupos que atuam de modo menos hierarquizado e mais descentralizado que os Estados Nacionais, destacando-se por representarem grupos sociais nacionais ou internacionais, abordando variado espectro de atividades, como a política, a economia, a religião, a cultura, a cidadania e a ecologia. A profundidade de sua ação é desigual à medida que podem passar do plano da pressão ao do confronto político ou à ação direta.

restringindo sua capacidade de operar seus principais instrumentos discricionários. As fronteiras são a todo tempo transpostas e encaradas como meros obstáculos à livre ação das forças de mercado. O que tem reforçado o fato de o Estado estar passando por forte reestruturação e rediscutindo essa função.

TOMASSINI (1984) cita um conjunto de características que redefinem o papel dos atores não estatais nas relações internacionais contemporâneas, as quais apresentam, em primeiro lugar, grande diversificação de centros de poder, cuja atuação deixa de ser pensada em função do Estado para incorporar a sociedade civil organizada. E, em segundo, surge uma agenda de discussões internacionais, menos hierarquizada. Por fim, tem-se ainda as novas problemáticas geridas por múltiplos agentes distintos do Estado. Em decorrência disso, colocam-se em cena formas de poder não tradicionais, em arena mais abrangente e diferenciada.

Para DRUCKER (2007, p. 81), as grandes corporações tomam suas decisões visando maximizar sua condição de competição e buscando a maior taxa de retorno sobre os recursos dos investidores. Nesse ambiente, as pequenas e médias empresas manterão ainda um espaço importante. Estarão, porém, basicamente subordinadas às decisões estratégicas das grandes transnacionais, boa parte delas integradas a suas cadeias produtivas. A partir do final dos anos 70, a estratégia de fragmentar a produção tornou-se frequente e deslocou segmentos de trabalho intensivo para a periferia do sistema. Essa industrialização da periferia acarretou tensões e contradições quanto ao poder de barganha dos trabalhadores, que se enfraqueceu. O novo desafio dos sindicatos passou a ser como aglutinar trabalhadores cada vez mais dispersos e precários, num contexto em que a globalização e a inovação reduzem continuamente o seu poder de barganha.

Por sua vez, REICH (1993, pp. 13-14) afirma que a radical mudança do paradigma do trabalho, tornando progressivamente mais flexível o emprego tradicional e fazendo aumentar a informalidade, coloca os movimentos sindicais diante da mais dura encruzilhada desde a revolução fordista do início do século. O sindicalismo só não desaparecerá se, por evolução natural, souber transformar-se em um novo ente adaptado à informalidade e à exclusão social. O impacto das novas cadeias globais sobre a geração e a qualidade dos empregos na economia continuará a ser um dos temas mais relevantes do início do novo século. Estão em

jogo não somente os empregos, mas sua distribuição regional e seus efeitos sobre os diferentes países do mundo.

Assim, segundo PASTORE (2000, p. 46), na medida em que se aprofunde a revolução tecnológica da informação e na sua transmissão a longa distância em tempo real, parece provável que os processos mencionados acima devam se acentuar. As grandes corporações têm mantido clara posição a respeito: seu papel é o de melhorar a competitividade para crescer, remunerar seus acionistas e, em decorrência, manter os empregos possíveis; e usar, quando for o caso, baixos salários dentro da lógica de suas cadeias produtivas. Por conseguinte, os governos acabam pressionados a garantir certa proteção social às crescentes populações carentes, em contradição com seus recursos fragilizados pela meta do equilíbrio orçamentário.

Não se trata, conforme defende NEGRET (1994, p. 82), de reduzir radicalmente o papel do Estado, mas de modificá-lo profundamente, transformando-o e fortalecendo-o para novos papéis fundamentais. Com crescente competição e insegurança no trabalho, a força de trabalho irá depender cada vez mais de recursos estáveis para seguro-desemprego, educação e treinamento. Na ausência dessas políticas e de programas governamentais, o suporte político para a globalização poderá se fragilizar. O que vem se tornando realidade conforme podemos ver com o aparecimento de governos populistas por todo o mundo, como por exemplo os da Grécia, Argentina, Venezuela e Brasil.

Para NEGRET (1994, p. 85), ocorre o que se chama 'efeito democracia': aumenta o número de desempregados e pobres, crescendo sua base política. A questão quanto ao futuro papel dos Estados nacionais continua em aberto, bem como a crescente disparidade entre as demandas sociais e a impossibilidade do Estado em atendê-las de modo convencional. O fato é que o modelo de criação de riqueza através de intervenção do Estado na economia também não funcionou. Nos países onde essa política foi testada o resultado foi um abismo maior entre ricos e pobres, pois se criaram oligopólios protegidos pelo Estado.

Dessa forma, parecem consolidar-se formas de interdependência de processos interestatais, transnacionais e supranacionais, descritos por ARON (1987, p. 27) no conceito de sociedade internacional ou mundial. Esse autor, analisando os

últimos anos do século XX, descreve o conceito de sociedade internacional ou mundial, como 'uma totalidade que incluiria ao mesmo tempo o sistema interestatal, o sistema econômico e os movimentos transnacionais, as sociedades e as instituições supranacionais'.

Sintetizando as correntes mais expressivas que têm analisado o tema da globalização e da exclusão social, PROCÓPIO FILHO (2001, p. 55) observa que elas variam de enfoque, mas têm apreciações semelhantes sobre o problema da precarização. As recomendações para sua superação são convincentes, pois coloca a responsabilidade pelo emprego como sendo da sociedade por inteiro. Sua proposta é o fim da dicotomia da sociedade política-sociedade civil e da oposição Estado-mercado. De um lado, o livre jogo do mercado visando lucros e criação de postos de trabalho: de outro, o Estado, subvencionando os excluídos. O Estado de bem-estar social deveria ser substituído por uma 'comunidade de bem-estar social'.

Nesse sentido, cabe destacar a visão de GOMES (1997, p. 5), para o qual as recentes e profundas transformações no mundo do trabalho não têm como consequência uma redução do emprego. Isso poderia ser comprovado de fato de que as sociedades tecnologicamente mais avançadas apresentam os menores índices de desemprego. Em todo o mundo há uma expansão real do trabalho remunerado considerando-se a incorporação maciça das mulheres à População Economicamente Ativa e o deslocamento de trabalhadores agrícolas para indústria, serviços e economia informacional urbana. Para ele haveria atualmente mais postos de trabalho e uma proporção mais elevada de pessoas em idade de trabalhar empregadas que em nenhum outro momento da história, sem que isso tivesse causado fraturas importantes no mercado. A difusão das tecnologias de informação não teria como resultado um desemprego massivo, nem o faria em um futuro previsível, mas sim criaria outros nichos de mercado geradores de emprego à partir dessas tecnologias.

No entendimento de RENVOLT (1997, p. 95), os Estados nacionais estão em crise, subordinados a metas monetárias com pouca flexibilidade. Nos países mais pobres os governos não têm orçamento nem estruturas eficazes para garantir a sobrevivência dos excluídos. Alguns pregam uma mudança radical de atitude social,

com os indivíduos e grupos fazendo as coisas acontecerem e não esperando que o governo faça por eles; outros falam em um novo Estado orientado para a prevenção de dependência do cidadão, em lugar de incentivar sua permanência. A maioria repete as propostas de diminuição da jornada de trabalho e de flexibilização dos contratos. Finalmente, há aqueles que chegam a propor uma revisão do conceito de felicidade de modo a incluí-la como parte integrante da discussão sobre a precariedade social.

Tais ideias vão ao encontro do pensamento de VILLA (1999, p. 23), o qual defende que parte dessas soluções é ingênua e, por vezes, meramente retórica, tendo em vista a gravidade que a questão da exclusão atingiu nesse final de século. Na verdade, para a perplexidade de grande parte da sociedade, o vigor econômico do capitalismo global ainda não encontrou um caminho que evite o agravamento da crise do bem-estar e da equidade. O futuro do capitalismo global parece depender de uma profunda revisão de seus conceitos de modo a tentar compatibilizá-lo com uma distribuição mais justa dos resultados de sua acumulação, injustiça essa que é gerada pela intervenção do Estado na economia em prol de determinados grupos.

Porém, como bem destaca REICH (1993, p. 3), a realidade atual não é mais a mesma dos anos 60. O Brasil, não sendo a exceção perante a organização mundial, sofreu verdadeiras alterações no mercado de trabalho pós-guerra, e no nível de desemprego e desequilíbrio da economia, propiciando o aparecimento do mercado informal de trabalho que, em regra, é constituído pela força de trabalho dita excedente, em função da pequena oferta de empregos. Deve-se asseverar que dados estatísticos apontam um índice altíssimo da população economicamente ativa, que integra este setor produtivo. A que se levar em consideração a crise econômica dos anos 80, provocada pelo choque dos preços do petróleo que atingia uma gama de países na Europa, assim como no Brasil, provocou o surgimento de novas formas de contratação geradoras de relações de trabalho atípicas. Assim, o contrato por tempo determinado deixou de ser exceção, admitindo-se vários contratos intermitentes, de temporadas, contratos de formação, contratos de estágio, e antecipou aposentadorias.

Segundo as palavras de ANTUNES (1997, p. 128):

'No ordenamento jurídico as medidas de caráter flexibilizante existentes são incipientes e assistemáticas foram inseridas na atual carta magna, não se instituíram sob a inspiração dos motivos, dos fundamentos que vem determinando sua adoção no direito estrangeiro, qual seja adequar o caráter laboral às profundas transformações econômicas, tecnológicas, sociais e políticas do mundo contemporâneo, a qual já se faz sentir no país.'

Entende-se, com isso, que é indispensável que se exerça o livre mercado sem intervenção estatal para conseguir a de eficiência e do desenvolvimento econômico e em razão desse uma Menor desigualdade e degradação social. Admitindo-se, na Europa, um direito do trabalho em crise ou de emergência. Para CASTELLS (1900, p. 81), a flexibilização das normas trabalhistas é parte integrante do processo maior de flexibilização do mercado de trabalho, consistente no conjunto de medidas destinadas a dotar o direito laboral de novos mecanismos capazes de compatibilizá-lo com as mutações decorrentes de fatores de ordem econômica, tecnológica ou de natureza diversa exigentes de pronto ajustamento. significando que a flexibilização das normas trabalhistas não se exaure o traduz a totalidade do fenômeno da flexibilização este é bem mais abrangente, compreendendo estratégias políticas, econômicas e sociais e não apenas jurídicas, atuando através de procedimentos variados reunião de medidas. Os instrumentos flexibilizadores objetivam propiciar o rápido amoldamento do complexo laboral às mudanças decorrentes de flutuações econômicas tecnológicas ou quaisquer outras alterações que requeiram imediata adequação da norma jurídica.

'Os grupos semiorganizados, como a tribo, ou clã, o feudo ou outros tipos de sistemas sociais, dominantes em época remota, gradativamente foram desaparecendo, dando lugar às organizações de caráter econômico, político, cultural e religioso (...) essas organizações multiplicaram-se e cresceram potencialmente. Em consequência, passaram a exigir uma administração racional e hierárquica, gerando as grandes organizações burocráticas, que assumem, de forma evidente, o controle da produção'.

No entanto, BEUREN, 2000, p. 46, destaca que:

'Já na Antiguidade tem-se organizações burocráticas dentre as quais a mais famosa é a do Império Egípcio (1580-712 a.C.), que Max Weber considera o modelo de todas as demais. Outros exemplos de burocracias antigas são a Igreja Católica e, mais recentemente, as forças militares, que substituem os grupos armados privados'.

Entretanto, é o modo de produção do sistema capitalista que dá o perfil à burocracia moderna, na qual alguns detêm os meios de produção através da intervenção e protecionismo estatal. Em algumas sociedades, os modos de produção dominantes podem estar nas mãos do Estado, um modo de produção estatal. Todavia, na maioria das formações sociais é a empresa que controla, domina os modos de produção. Para BEUREN (2000, p. 46), o controle também pode estar com ambos, o Estado e as empresas oligopolistas, formando as sociedades de economia mista.

Daí dizer-se que, ainda com base no entendimento de BEUREN (2000, p. 46), ao lado do modo de produção capitalista, emergem as organizações não governamentais, criadas pela sociedade para preencher as lacunas deixadas pelo setor público no que concerne à garantia dos direitos humanos fundamentais.

Entende-se que o primeiro setor é o governo, que é responsável pelas questões sociais. O segundo setor é o privado, responsável pelas questões individuais. Com a falência do Estado, o setor privado começou a ajudar nas questões sociais, através das inúmeras instituições que compõem o chamado terceiro setor.

No entanto, BEUREN (2000, p. 40) afirma que, outra diferença substancial entre as entidades do terceiro setor (setor público) e as do primeiro setor (setor

privado) está na origem dos recursos. O último tem a sua fonte de recursos na venda de bens e serviços, enquanto que o setor público a tem na cobrança de impostos.

Segundo a JOHN HOPKINS UNIVERSITY (*Apud* ANDRADE, 2011, p. 4), dos Estados Unidos, o Terceiro Setor é a oitava força econômica mundial, movimentando 1,1trilhão de dólares por ano, gerando aproximadamente 10,4 milhões de empregos. O economista Lester Salamon, da mesma universidade, coordenou uma pesquisa em 22 países, incluindo o Brasil, que concluiu que o segmento gira 1,1 trilhão de dólares, empregando 19 milhões de pessoas, excluindo-se os voluntários.

Segundo PETRAS (1999, p. 249) cabe ressaltar que os Estados Unidos da América usam as organizações não governamentais como forma de pressão política, social e geopolítica sobre os países em que essas estão instaladas. É uma espécie de simbiose entre interesses do setor privado e públicos em torno de determinada agenda que criam uma ingerência dentro de um Estado soberano e não respeitam fronteiras. Assim como são uma forma de Guerra Irregular para garantir os interesses políticos e econômicos em determinadas regiões e impedir o surgimento de potências industriais e tecnológicas que possam reduzir a influência e poder econômico dos atores não estatais ligados e protegidos pelo Estado dos EUA.

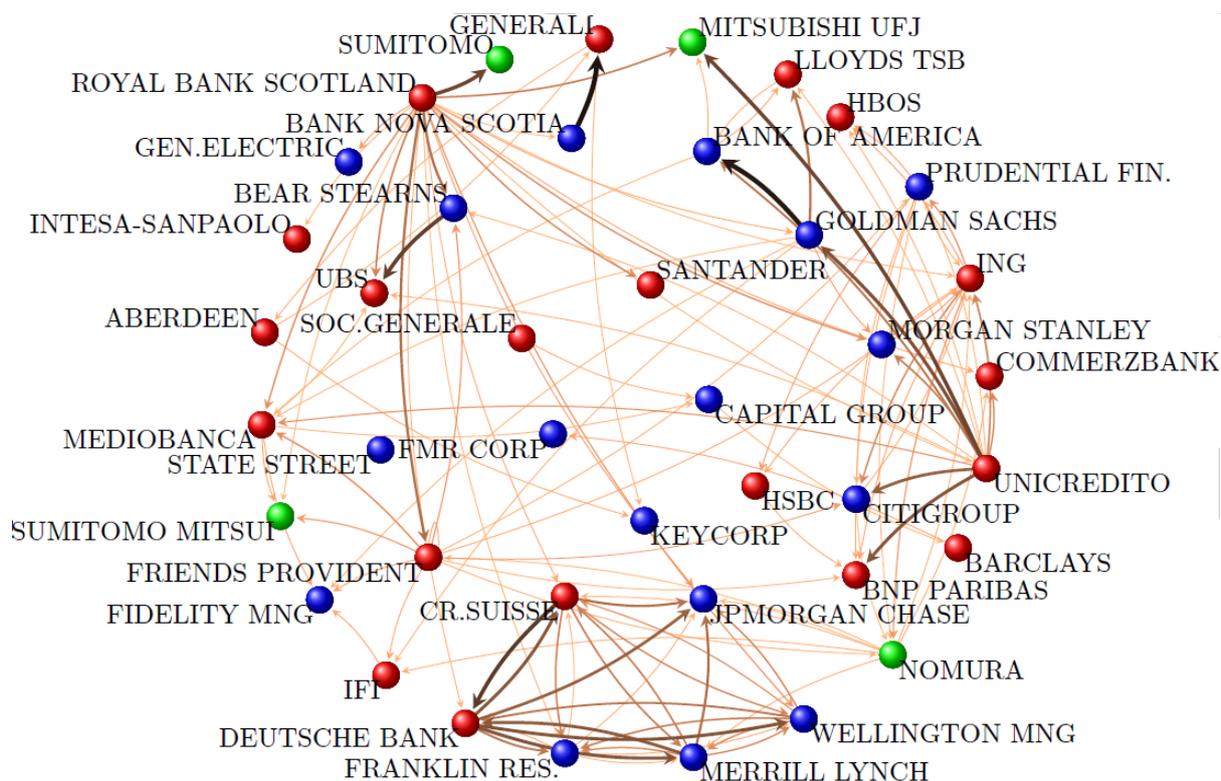


Figura 4 - <http://3.bp.blogspot.com/-6OvEQ9dAn7A/TooElxeMz4I/AAAAAAAAAPU/oQDt6oTwm2w/s1600/nw.png>

CONCLUSÕES

Em termos globais, não se pode limitar os avanços humanos às meras simplificações teóricas. Vive-se uma transição histórica, uma nova problemática política e econômica. Transforma-se o padrão de distribuição mundial da riqueza. O hiato secular entre países ricos e pobres começa afinal a diminuir para bom número de países e regiões, mas significativamente não para todos os países e todas as regiões.

É notável que os atores não estatais tem crescido em poder, tamanho e dimensão. E pode-se dizer que os atores não estatais sempre estiveram presentes nas decisões dos Estados Nacionais, porém somente com o advento tecnológico da informação instantânea e mundial que tem sido possível um estudo mais profundo quantitativo e qualitativo desse fenômeno de captura dos Estados por esses atores.

A disputa geopolítica é por espaços vitais, mas espaços esses que sejam

dotados de características estratégicas de cunho econômico. Seja em mão de obra, recursos naturais, posicionamento geográfico ou organizacional e cultural, porém sempre com o viés do interesse econômico.

Em termos da competição internacional entre áreas e entre países, esta é uma questão central a ser encaminhada no longo prazo e dentro do abrangente quadro da globalização e interconexão. Mas é uma questão que recoloca em termos inescapáveis a temática da reorganização tanto da economia nacional e regional, quanto da cooperação internacional para o desenvolvimento. Coloca-se, no longo prazo, um problema de projeto e de orientação estratégica e, no curto, de exame das táticas de negociação.

Tem-se a consciência de que cada país não pode jogar seu destino em isolamento, mas em conjunto com sua região e num quadro global. Ao mesmo tempo em que se forjam novas parcerias estratégicas e abrimos horizontes econômicos, buscam-se intensificar fortemente a integração regional e preservar e atualizar a aliança política entre as várias regiões em desenvolvimento do mundo. A competição no mundo não se cinge às empresas, mas envolvem de forma direta e inexorável as nações e as grandes áreas econômicas. Embora seja esta uma problemática de corte econômico, é inevitável dar-lhe tratamento político. Olhando mais adiante, na medida em que se alcança, a duras penas e com determinação, a estabilidade econômica, a temática da adoção e implementação de estratégias mais explícitas de desenvolvimento, em suas facetas internas e externas, estará chegando naturalmente ao topo da agenda política e conseqüente geopolítica.

Do ponto de vista geopolítico, conclui-se que o poder econômico está tomando poder dos Estados através dos atores não estatais, sejam eles do segundo ou terceiro setor, pois alteram e influenciam o plano político e o mais relevante, o plano econômico. O poder decisório do Estado em questões que influenciam a Ilha Mundo lentamente passa para a iniciativa privada e sua mão de obra.

Daí a necessidade de mudar, como condição da própria sobrevivência do sistema político-social vigente. A flexibilização do modelo de trabalho apresenta-se como natural resposta a essa aspiração nas sociedades democráticas e pluralistas.

Porém, deve efetivar-se com um mínimo de garantia dos direitos trabalhistas, assegurando-se aos obreiros as conquistas fundamentais por eles alcançadas ao longo da história, sob pena de tal processo se converter em prejuízos para a maior parte da população, levando os trabalhadores a situação degradante semelhante à criada pela Revolução Industrial. Isso acarretaria profundo desequilíbrio nas relações econômico-sociais e grave risco ao Estado democrático de direito.

Tem-se, então, que a verdadeira flexibilização significa o afastamento do Estado das relações de trabalho, sem a destruição do Estado, mas liberando-o para outras funções em que se faz mais necessária sua presença. Deixar à autonomia privada coletiva a tarefa de estabelecer, mediante negociação, as regras disciplinadoras de tais relações, em escala gradual.

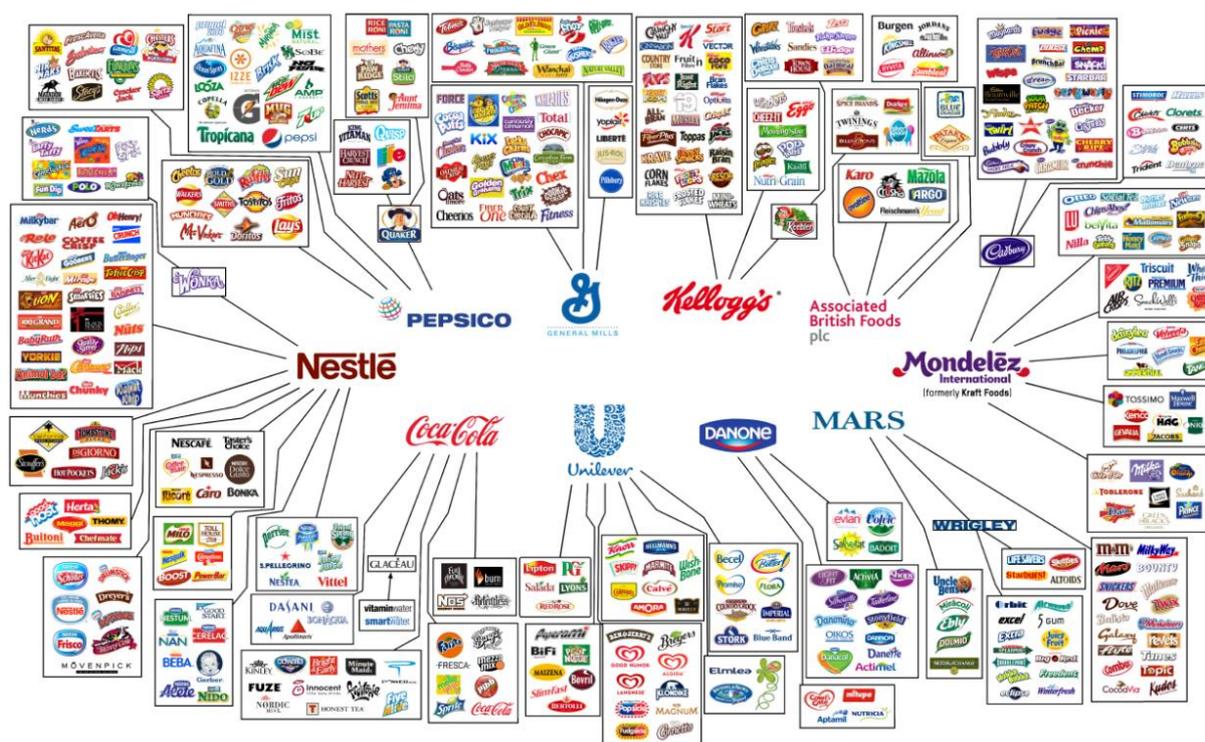


Figura 5 - <http://static.businessinsider.com/image/53bab7306bb3f7d3244b9954/image.jpg>

SOBRE O AUTOR: Mário Miranda de Magalhães está atualmente cursando Pós Graduação em Geopolítica e Relações Internacionais pelo Centro Universitário Claretiano. É graduado em Geografia também pelo Centro Universitário Claretiano. Tem preferência de atuação e pesquisa nas áreas de: Relações Internacionais e

Geopolítica; Estudos Estratégicos, com foco na análise de Conflitos e Economia; Política Internacional e estudos sobre projeção de poder das potências geopolíticas; Estudo do papel das agências de inteligência em disputas geopolíticas.; O papel da economia nas Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. *A geopolítica da dependência como estratégia brasileira de inserção no sistema internacional*. Rio de Janeiro: OIKOS, Vol. 9, n. 1, 2010, pp. 67-82.

ANDRADE, G. A. *Contabilidade de entidades sem fins lucrativos*. In: Curso sobre Temas Contábeis. Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo. Vol. 4. São Paulo: Atlas, 2011.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas: Cortez, 1997.

ARON, Raymond. *Os últimos anos do século*. Rio de Janeiro: Guanabara.

BEUREN, I. M. *Entidades sem fins lucrativos*. São Paulo: RBC, 2000.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2002.

CARNEIRO, P. P. *ONGs cooperativas e força existencial-social do trabalho*. Belo Horizonte: FUNDEC, 2011.

CASTELLS, Manuel. *A revolução da tecnologia da informação*. In: A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

DRUCKER, P. F. *Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas*. São Paulo: Pioneira, 1997.

DRUCKER, P. F. *Pessoas e relacionamentos: sua equipe, seu conselho, seus voluntários, sua comunidade*. In: Administração de organizações sem fins lucrativos. São Paulo: Pioneira, 2007.

GOMES, J. M. *Globalização da política: mitos, realidades e dilemas*. IRI-Textos/PUCRJ, Rio de Janeiro, nº 19, jul/1997.

NEGRET, Rafael. *Na trilha do desenvolvimento sustentável*. Alto Paraíso: Instituto Transdisciplinar de Desenvolvimento Sustentável, 1994.

PASTORE, José. *Criação de emprego com menos desigualdade*. São Paulo: EDUSP, 2000.

PINHEIRO, Álvaro de Souza. *O conflito da quarta geração e a evolução da guerra irregular*. Rio de Janeiro: PADECEME, n. 16, 3. Quadrimestre, 2007.

PETRAS, James. *Journal of Contemporary Asia*; 1999; 29, 4; ProQuest Asian

Business

PROCÓPIO FILHO, Argemiro. *Segurança humana, educação e sustentabilidade*. In: Ciência, ética e sustentabilidade. São Paulo: Cortez, 2001.

REICH, Robert B. *O trabalho das nações – preparando-nos para o capitalismo do século 21*. São Paulo: Educator, 1993.

RENVOLT, J. *Globalização: novas perspectivas da administração*. São Paulo: Cortez, 1997.

TOMASSINI, Luciano. *El proceso de trasnacionalización y las relaciones externas de América Latina*. In: Luciano Tomassini (comp.). *Trasnacionalización y desarrollo nacional en América Latina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1984.

VILLA, Rafael A. Duarte. *Forma de influência das ONGs na política internacional contemporânea*. Universidade Federal do Paraná: Revista de Sociologia e Política, n. 12; pp. 21-33, junho de 1999.